

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas Procuradoria-Geral

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

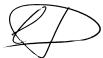
Representação nº 44/2012-MP-PG

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio do seu Procurador-Geral, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 54, inciso I, c/c o art. 288 da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e art. 40, incisos III, VIII e XIS da Constituição do Estado do Amazonas, vem perante V, Exa., oferecer REPRESENTAÇÃO contra o Sr. RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO, 💆 prefeito do Município de Autazes, considerando a omissão em responder à requisição deste Ministério Público de Contas, pelos fatos e fundamentos que passará a expor:

I. Dos fatos:

Em 09 de novembro de 2011, o Ministério Público de Contas, por intermédio de seu Procurador-Geral, emitiu comunicação, por meio do Ofício nº 79/2011 - MP/PG indagando o prefeito do Município de Autazes sobre a existência de:

- 1. Procuradorias Jurídicas municipais com o rol de Procuradores e natureza do vínculo laboral;
- 2. Órgão de Controle Interno com o rol de agentes envolvidos, bem como a $\tilde{\sim}$ qualificação acadêmica dos mesmos;
- 3. Portal de Transparência com o rol dos servidores envolvidos na alimentação do site;
 - 4. Engenheiro Civil habilitado junto ao Conselho de Classe.





Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas Procuradoria-Geral

Consta anexo ao Oficio nº 79/2011 – MP/PG, o Aviso de Recebimento, datado de 22 de novembro de 2011, sem que até a presente data o Ministério Público de Contas tenha recebido qualquer manifestação por parte do responsável.

II - Dos Fundamentos Jurídicos do pedido:

Com fulcro nos artigos 88 e 93 da Constituição Estadual, c/c o parágrafo único do art. 116 da Lei 2.423/96 e no artigo 55 da referida Resolução, o Ministério Público de Contas formulou as referidas indagações consoante as razões a seguir articuladas.

As Procuradorias Jurídicas têm, dentre outras atribuições, importância fundamental no cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, em especial, a cobrança administrativa e em juízo dos débitos imputados aos condenados.

Nesse contexto, ressalta-se o inciso II do Art. 12 do Código Processo Civil, em que dispõe que os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente por seu Prefeito ou Procurador.

Por outro lado, a ausência de tais órgãos, ou a ineficiência dos mesmos quanto à cobrança de débitos, caracteriza-se como renúncia de receita, emergindo a competência supletiva do Ministério Público Estadual, para ajuizamento de ação de cobrança e apuração de improbidade administrativa.

O Órgão de Controle Interno é imposição do art. 74 da Constituição Federal, com o propósito de avaliar o cumprimento de metas orçamentárias e programas de governo, comprovar legalidade e avaliar resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; exercer o controle das operações de créditos, avais, garantias, direitos e deveres, apoiar o controle externo em sua missão institucional.

Os responsáveis pelo controle interno têm, ainda, a missão constitucional de informar ao TCE/AM qualquer irregularidade ou ilegalidade que tomarem conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.



Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas Procuradoria-Geral

A implantação e manutenção dos Portais de Transparência é comando que emana da Lei complementar n° 131/2009 (Lei da Transparência ou Lei Capibaribe) e é reforçado pela Lei de Acesso à Informação, n° 12.527/2011, publicada em 18 de novembro de 2011, com vigência a partir de maio de 2012.

Engenheiro Civil habilitado junto ao Conselho de Classe é profissional indispensável no âmbito dos municípios. A uma, pela avaliação imobiliária necessária a cobrança de IPTU e ITBI; a duas, pela responsabilidade técnica das obras de engenharia civil do Município.

III. DO REQUERIMENTO

Isso posto, requer:

- a) Aplicar multa prevista no artigo 54, IV da Lei Estadual n° 2.423/96, em virtude do não atendimento, sem causas justificada, à requisição do *parquet* de Contas;
- b) Determinar apuração do fato, mediante identificação de possível ilegalidade quanto aos fatos narrados;
- c) A notificação do Responsável para apresentar defesa na forma regimental;
- d) Dar ciência ao Ministério Público de Contas acerca dos encaminhamentos e resultados obtidos.

Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, Manaus 18 de abril de 2012.

Carlos Alberto Souza de Almeida

Procurador-Geral